



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **Investco S.A.**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e Fluxo de Caixa, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2009, a energia gerada totalizou 4.473 GWh, cerca de 96,9% da energia assegurada anual, o maior resultado desde 2001 quando ela entrou em operação. A Usina apresentou um alto índice de disponibilidade, atingindo a média anual de 92,9%, bem acima da disponibilidade exigida no Contrato de Concessão, que é de 89,6%. Na área de manutenção destaca-se a sequência da revisão dos transformadores elevadores e dos autotransformadores, conforme contrato celebrado em 2006, com a Siemens Ltda. Devido a boa conduta das exigências e condicionantes da Licença anterior, ocorreu a renovação da Licença de Operação da UHE Luis Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”) até Fevereiro/2015.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A **Investco S.A.** registrou uma Receita Operacional Bruta de R\$ 236,7 milhões em 2009 e R\$ 251,4 milhões em 2008, o que representa uma redução de 5,9%. Cabe ressaltar que essa receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às empresas acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão incluídos a remuneração dos custos operacionais que tiveram redução significativa em relação ao exercício de 2008, passando de R\$ 57,2 milhões para R\$ 42,7 milhões, redução de 25,4% e pela redução do saldo do endividamento financeiro, composto de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, que era de R\$ 310,7 milhões em 2008 e R\$ 218,7 milhões em 2009, redução de 29,6% ou amortização de R\$ 92,0 milhões. O “EBTIDA” (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) diminuiu 2,2% em relação ao ano de 2008, passando de R\$ 192,6 milhões para R\$ 188,3 milhões, representando 87,7% da receita líquida. O resultado do serviço diminuiu 2,9%, passando de R\$ 157,7 milhões em 2008 para R\$ 153,0 milhões em 2009, influenciado principalmente pela redução da Receita Operacional Bruta. O Lucro da empresa teve um expressivo aumento de 35,4%, passando de R\$ 70,2 milhões para R\$ 95,1 milhões. Os Investimentos em 2009 foram de R\$ 12,2 milhões, sendo R\$ 4,1 milhões referentes a Investimento em Meio Ambiente, o que demonstra o nosso comprometimento com a preservação Ambiental.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A gestão da responsabilidade sócio-ambiental, em 2009, posicionou a **Investco S.A.** novamente no cenário tocantinense como uma importante promotora do equilíbrio social, econômico e ambiental. Ao interagir com a comunidade a empresa aposta na educação como caminho para uma sociedade sustentável, que opta pelo desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais. Os Investimentos sócio-ambientais focam o uso múltiplo do reservatório e o desenvolvimento das comunidades de seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino superior, vários projetos foram executados:

Aniversário do Lago - O projeto Aniversário do Lago busca valorizar as riquezas e diversidades da cultura local por meio de atividades de lazer em convívio com o Lago da Usina Luis Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”) para a prática de esportes, manifestações culturais e educativas, agregando valores de conservação ambiental, além conscientizar as comunidades em foco, sobre o uso múltiplo do Reservatório. Em 2009, o projeto, realizado pela 5ª vez consecutiva, esteve em sua oitava edição, proporcionando educação ambiental, cultura e esporte aos municípios do entorno do Reservatório da UHE Luis Eduardo Magalhães - “**UHE Lajeado**”. O projeto Educação Ambiental - Aniversário do Lago contempla ainda atividades culturais, como o Teatro a Bordo e atividades esportivas que visam o uso múltiplo do Lago como o Campeonato Brasileiro de Canoagem Maratona, a 3ª Copa Centro-Oeste de triathlon e a Corrida do Soldado.

Teatro a Bordo - Durante o mês de Agosto, um caminho contêiner se adaptou em palco e circulou pelas cidades de Palma, Lajeado, Tocantínia, Miracema, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipuera e nele ocorreram espetáculos teatrais, oficina com materiais reciclados e cinema exaltando a cultura tocantinense. Este evento foi uma iniciativa da Investco através do Instituto EDP e Lei “Ruanel” de Incentivo à Cultura e prefeituras locais.

Campeonato Brasileiro de Canoagem Maratona - Realizado pela primeira vez na região norte, foram 24 provas em diferentes categorias com atletas de diversos estados do Brasil e o mesmo foi válido como seletiva brasileira para a disputa do Campeonato Mundial de Canoagem Maratona realizado na cidade de Crestuma em Portugal.

3ª Copa Centro-Oeste de “Triathlon” - Realizada na Praia de Graciosa, contou com a participação de 140 atletas, profissionais e amadores vindos de diversos estados do Brasil. O objetivo do evento é comemorar o aniversário de enchimento do reservatório da Luis Eduardo Magalhães - “**UHE Lajeado**” e é dividido nas seguintes modalidades: natação, ciclismo e corrida. A Iniciativa da prova foi da Federação Tocantinense de “Triathlon” com supervisão da Confederação Brasileira de “Triathlon” - CBTri e realizada pela Investco através do Instituto EDP e Organização Jaime Câmara, filial da Rede Globo de Tocantins. Com a mesma proposta de incentivar o esporte nos municípios do entorno do Reservatório da UHE Luis Eduardo Magalhães - Lajeado foi realizado em 2009 também:

Águas Abertas de Porto Nacional - Em sua terceira edição, aconteceu na Praia Ilha Porta Real e trouxe em sua programação a 7ª Maratona Aquática do Tocantins.

1ª Etapa Estadual de Canoagem - Investir em esportes é uma forma de incentivar os jovens para que pratiquem esportes saudáveis. Desta forma a Investco patrocinou este evento realizado pela Federação Tocantinense de Canoagem - FETOCAN com apoio da prefeitura de Porto Nacional e contou com a participação de 35 atletas.

Circuito Tocantinense de Enduro a Pé - Este projeto tem como objetivo promover uma integração com a natureza, demonstrando uma convivência pacífica e de respeito com a sustentabilidade entre o homem e a natureza. O circuito engloba as Cachoeiras do Balneário em Taquaruçu, a Serra de Lajeado e o município de Palmas e em 2009 contou com a implantação de um sistema de apuração eletrônica no qual resultou em uma maior agilidade e transparência na apuração dos resultados. Ao todo se formaram mais de 60 equipes entre as categorias “trekkers” e graduados, totalizando 360 participantes.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL

Educar com Arte - O projeto demonstrou que é possível implantar a conscientização ambiental através de atividades artísticas cujo público alvo são jovens da rede pública entre onze a dezoito anos de idade do distrito de Taquaruçu. A realização ocorreu por meio do Movimento Ecológico de Taquaruçu - META e patrocinado pela Investco.

BALANÇO SOCIAL (1)

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2009 (*)

1 - Base de Cálculo	2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	214.704			228.110		
Resultado operacional (RO)	88.190			105.540		
Folha de pagamento bruta (FPB)	6.736			6.611		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	496	7,36%	0,23%	486	7,35%	0,21%
Encargos sociais compulsórios	1.788	26,54%	0,83%	1.729	26,15%	0,76%
Previdência privada	2	0,03%	0,00%	11	0,17%	0,00%
Saúde	587	8,71%	0,27%	271	4,10%	0,12%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	60	0,89%	0,03%	25	0,38%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	11	0,16%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	160	2,38%	0,07%	84	1,27%	0,04%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	11	0,16%	0,01%	5	0,08%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	3.115	46,24%	1,45%	2.611	39,49%	1,14%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	262	0,30%	0,12%	0	0,00%	0,00%
Cultura	400	0,45%	0,19%	260	0,25%	0,11%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	161	0,18%	0,08%	227	0,22%	0,10%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação Ambiental	0	0,00%	0,00%	107	0,10%	0,05%
Projeto de Agricultura Família	0	0,00%	0,00%	14	0,01%	0,01%
Outros	4	0,00%	0,00%	30	0,03%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	827	0,94%	0,39%	638	0,60%	0,28%
Tributos (excluídos encargos sociais)	47.718	54,11%	22,23%	58.919	55,83%	25,83%
Total - Indicadores sociais externos	48.545	55,05%	22,61%	59.557	56,43%	26,11%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	4.097	4,65%	1,91%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	8.701	8,24%	3,81%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.097	4,65%	1,91%	8.701	8,24%	3,81%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2009			2008		
Nº de empregados(as) ao final do período	85			77		
Nº de admissões durante o período	15			7		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	42			72		
Nº de estagiários(as)	2			3		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	11			10		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	20			17		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16%			18%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa*	4			2		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			1		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
<i>Reclassificado</i>			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.152	8.094
Concessionárias	5	520	535
Rendas a receber	6	30.628	22.500
Impostos e contribuições sociais	7	23.971	25.314
Cauções e depósitos vinculados	9	559	515
Despesas pagas antecipadamente		18	5
Outros créditos		122	163
		61.970	57.126
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessionárias	5		1
Cauções e depósitos vinculados	9	403	127
Despesas pagas antecipadamente		300	
		703	128
Imobilizado	10	1.349.140	1.374.508
Intangível	11	13.124	13.395
		1.362.264	1.387.903
Total do ativo		1.424.937	1.445.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PROJETOS PATROCINADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Letras da Luz - Projeto de incentivo à Leitura, realizado pela Fundação Victor Civita e patrocinado pela Investco por meio do Instituto EDP, visa a capacitação de apresentações teatrais, oficina de fomentos à leitura e doações de acervos literários às bibliotecas municipais tais como de Palmas, Brejinho de Nazaré, Lajeado e Porto Nacional. Em 2009 o projeto esteve presente na 5ª Edição do Salão do Livro, maior evento literário da região Norte do Brasil.

EDP nas escolas - Através do Instituto EDP, o projeto contribui para a melhoria da qualidade do ensino fundamental nas escolas públicas de Tocantins. Em 2009, 280 alunos do município de Lajeado foram beneficiados através da distribuição de “kits” escolares, realização do concurso de Arte com Energia, campanha de saúde bucal e teatro nas escolas. O projeto conta ainda com um grupo de voluntários da própria comunidade que atuam resolvendo problemas de infra-estrutura nas escolas, tais como pinturas, manutenções das salas e outros.

Avicultura - Desenvolvido pela Escola Família Agrícola de Porto Nacional e patrocinada pela Investco S.A. por meio do Instituto EDP, visa à implantação e o monitoramento coletivo de uma unidade demonstrativa de criação e abate de aves na escola como alternativa de Geração de renda familiar na agricultura familiar. Em 2009, o projeto atingiu 235 estudantes e 168 famílias camponesas da região.

PROJETOS DE CUNHO SOCIAL

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone - CEDECA - Através do Projeto Tecendo a Paz, o objetivo é capacitar 1.300 pessoas em 17 municípios do Estado de Tocantins para abordar no contexto escolar temas sobre a violência contra crianças e adolescentes por meio de atividades sócio-educativas.

Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação - COMSAUDE - Através de atividades sócio-culturais, educacionais e geração de renda, o projeto conta com 500 crianças e adolescentes do município de Porto Nacional.

EVENTOS COM FOCO NO MEIO AMBIENTE

Dia Internacional da Água

Em comemoração ao Dia Internacional da Água, foi realizado em março no Barco Nego d'água mais uma edição promovida pelo Projeto Arte no Lago, que visa desenvolver trabalhos de educação ambiental por meio da arte em suas diferentes vertentes, cujo objetivo é aproximar a população do lago à natureza.

Blitz Comemora o Dia Internacional do Meio Ambiente

Em junho é comemorado o Dia Internacional do Meio Ambiente e a Investco realizou o Projeto Blitz Plante Ideias com a distribuição de panfletos informativos com dicas de preservação ambiental e doação de 1000 mudas de plantas nativas do Cerrado.

7º Fórum do Lago - Com a temática “Tocantins, o estado das águas”, este evento ocorreu em Junho e contou com a presença do Sr. Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Social. O Fórum do Lago é um evento permanente que acontece desde 2003 e tem como objetivo discutir a gestão integrada do Lago de Lajeado com autoridades, instituições públicas, privadas e a sociedade em geral sobre sua sustentabilidade.

Público Interno - Com o público interno foi realizado diversos programas conforme a seguir:
Programa Conciliar - A Investco acredita que pessoas que se sentem completas e realizadas são mais criativas, energéticas e positivas. E organizações de sucesso se constroem com uma equipe assim. Este programa ajuda o colaborador a equilibrar a vida profissional com a pessoal. Segue algumas ações que foram praticadas em 2009:

Clube da Corrida - Para aqueles que querem aderir à prática da Caminhada/Corrida, são oferecidos orientações profissionais aos atletas.
Celebração do Nascimento - Para celebrar a chegada de mais um membro à família de um colaborador, foi oferecido um “kit” com 12 itens compostos de vestuários, brinquedos e higiene infantil.

Sala de Descompressão - Para os colaboradores lotados na Usina, além de contarem com um restaurante, há um espaço de descanso com televisão e jogos recreativos para um momento de descanso e lazer.

Boca Livre - Mensalmente, todos os colaboradores da Investco participam de uma palestra sobre assuntos diversos tais como Sustentabilidade, Assédio Moral, Trabalho Escravo, Ética.

Prêmio Cidadania Junior - Programa que premia filhos de colaboradores que praticam a cidadania tais como ajudar ao próximo, prática de boas atitudes e projetos sociais e o pré-requisito é que eles apresentem boas notas escolares.

Programa de Voluntariado - Através deste programa, os colaboradores têm a oportunidade de dedicarem 4 horas mensais de sua jornada de trabalho em atividades voluntárias em instituições locais credenciadas pela empresa.

Embaixador Econoco - A criação de uma consciência sustentável é o objetivo deste programa, no qual permite que colaboradores se tornem embaixadores das melhores práticas e conceitos sustentáveis, multiplicando e divulgando ações que possam reduzir o consumo de água, papel e energia.

Festival de Esportes - Ação de um dia de lazer com integração e práticas desportivas para os colaboradores e familiares da Investco composto de 8 modalidades de esportes e lazer.

Bolsa de Estudo - A Investco estimula o desenvolvimento de colaboradores elegíveis aos critérios estabelecidos fornecendo um subsídio para custear despesas com educação (“MBA”, graduação, pós-graduação e ensino técnico). Em 2009, 10% dos colaboradores foram contemplados com este benefício.

Valorização dos Colaboradores - Contribuiu fortemente para o fortalecimento da Organização a valorização dos colaboradores e a transparência nas ações, através de canais de diálogos como a Central de Notícias e Caixa de Sugestões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Investco informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2009, pelos auditores independentes foram àqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos senhores Acionistas, Conselheiros, Clientes, Governos Federal, Estadual e Municipal, Fornecedores, Prestadores de serviços, Credores e em especial aos colaboradores, por mais um ano de realizações.

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009			Metas 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	13,16			13,16		
Número total de acidentes de trabalho	1			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção	() todos(as)	() direção	(x) direção	() todos(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção	() todos(as)	(x) todos(as)	() direção	() todos(as)	(x) todos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas	() incentiva e segue	() não se envolverá	(x) seguirá as normas	() incentivará e seguirá
A previdência privada contempla:	() direção	() direção	(x) todos(as)	() direção	() direção	(x) todos(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção	(x) todos(as)	() direção	() direção	(x) todos(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia e incentiva	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará e envolverá	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009:	186.704	Em 2008:	192.436		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	29% governo	4% colaboradores(as)	31% governo	4% colaboradores(as)		
	20% acionistas	16% terceiros	35% acionistas	28% terceiros		
		31% retido	2% retido			

7 - Outras informações

(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente. (1) Informações não auditadas.

Responsável pelas informações: Mariêna F. C. Gonçalves (mcgoncalves@edpbr.com.br)

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	3.270	2.068
Encargos de dívidas	14	822	488
Impostos e contribuições sociais	7	40.630	39.143
Dividendos	18,2	34.038	69.808
Debêntures	13	32.950	33.787
Empréstimos e financiamentos	14	54.446	59.680
Obrigações estimadas com pessoal	16	837	704
Encargos regulatamentares e setoriais	15	454	415
Outras contas a pagar		223	330
		167.670	206.423
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	7		1.277
Debêntures	13	31.664	63.608
Empréstimos e financiamentos	14	98.828	153.100
Provisões para contingências	17	1.269	3.536
Partes relacionadas	8	43.220	
		174.981	221.521
Patrimônio líquido	18		
Capital social		961.794	876.458
Reservas de capital		14.473	

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2009	2008
Receita operacional bruta			
Suprimento de energia elétrica		5.192	4.802
Disponibilização do sistema de transmissão		620	608
Outras receitas operacionais		<u>230.859</u>	<u>246.005</u>
		<u>236.671</u>	<u>251.415</u>
Dedução da receita operacional			
Pesquisa e desenvolvimento		(53)	(49)
Impostos e contribuições sobre a receita		(21.914)	(23.256)
		<u>(21.967)</u>	<u>(23.305)</u>
Receita operacional líquida	19	214.704	228.110
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(85)	(306)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(1.254)	(1.180)
	20	<u>(1.339)</u>	<u>(1.486)</u>
Custo de operação			
Pessoal		(4.318)	(6.256)
Materiais e serviços de terceiros		(3.468)	(12.469)
Depreciações e amortizações		(34.827)	(34.830)
Outros custos de operação		(12)	(3.670)
	20	<u>(42.625)</u>	<u>(57.225)</u>
		<u>(43.964)</u>	<u>(58.711)</u>
Lucro operacional bruto		170.740	169.399
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(331)	(93)
Despesas gerais e administrativas		(14.822)	(9.924)
Depreciações e amortizações		(405)	(53)
Outras despesas operacionais		(2.173)	(1.607)
	20	<u>(17.731)</u>	<u>(11.677)</u>
		<u>153.009</u>	<u>157.722</u>
Resultado do serviço		2.490	1.708
Receitas financeiras		(67.309)	(53.890)
Despesas financeiras		(64.819)	(52.182)
Resultado financeiro	21	88.190	105.540
Lucro operacional		88.190	105.540
Outras receitas		—	11
Outras despesas		—	(11)
Outros resultados		88.190	105.540
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.190	105.540
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(30.094)	(35.303)
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		58.096	70.237
Reversão dos juros sobre capital próprio		37.000	—
Lucro líquido do exercício		95.096	70.237
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		120,92	97,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Adiantamentos para futuro aumento		Total
						de capital	de lucro	
Saldos em 1º de janeiro de 2008		876.458	14.473	44.411	—	55.517	990.859	
Lucro líquido do exercício					70.237			70.237
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal				3.512	(3.512)			—
Dividendos propostos					(66.725)			(66.725)
Adiantamentos para futuro aumento de capital						22.842	22.842	
Saldos em 31 de dezembro de 2008		876.458	14.473	47.923	—	78.359	1.017.213	
Adiantamento para futuro aumento de capital						6.977	6.977	
Aumento de capital (AGEO 07/04/09)		85.336				(85.336)	—	
Lucro líquido do exercício					95.096			95.096
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal				4.755	(4.755)			
Reserva de retenção de lucros				53.341	(53.341)			
Dividendos propostos					(37.000)			(37.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	18	961.794	14.473	106.019	—	—	1.082.286	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

A Investco S.A. ("Companhia" ou "Investco"), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW. A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80% da concessão, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27% da concessão, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% da concessão e a Companhia titular de 1% da concessão. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual arrendou, em frações ideais proporcionais à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, a Companhia tem duas fontes de receitas: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação deles no Contrato de Concessão.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 23 de fevereiro de 2010, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos Técnicos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota 3.1 a seguir.

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Despacho SFF/ANEEL nº 4.722 de 18 de dezembro de 2009 e atualizações posteriores.

2.1 - Reclassificação no exercício anterior

Para fins de comparabilidade e de acordo com as diretrizes do CPC 04 foi efetuada a reclassificação dos saldos de 2008 relativos a projetos em desenvolvimento do Ativo imobilizado para o Intangível no montante de R\$12.450.

3 - Resumo das principais práticas contábeis**3.1 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS, diversos pronunciamentos foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do referido processo. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, os valores do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Pronunciamentos

CPC 17 - Contratos de construção
CPC 20 - Custos de empréstimos - capitalização de juros
CPC 22 - Informação por segmento
CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 27 - Ativo imobilizado
CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidênciação

Interpretações

ICPC 01 - Contratos de concessão
ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

A interpretação técnica ICPC 01 estabelece os critérios de reconhecimento e mensuração dos contratos de concessão, classificando os direitos das empresas as quais se aplica como um ativo intangível e/ou um ativo financeiro registrados pelo seu justo valor.

Considerando a complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica quanto a aplicação nos negócios de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Companhia ainda está avaliando seus reflexos nas suas demonstrações financeiras, ao mesmo tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos órgãos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre os aspectos para aplicação de tal interpretação.

Face ao exposto, a Companhia entende que neste momento não é possível avaliar e quantificar com confiabilidade os efeitos da aplicação da ICPC 01 nas suas demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2009	2008
		<i>Reclassificado</i>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	95.096	70.237
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Concessionárias - provisão para crédito de liquidação duvidosa	1	(6)
Cauções e depósitos vinculados - atualização monetária	(4)	(6)
Depreciações e amortizações	35.232	34.883
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	90	8.495
Despesas pagas antecipadamente	368	387
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	26.840	50.389
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	60	14
Provisões para contingências	591	96
Outras	286	—
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias e rendas a receber	(8.113)	(5.868)
Impostos e contribuições sociais	1.343	(22.582)
Cauções e depósitos vinculados	(380)	(636)
Despesas pagas antecipadamente	(313)	(5)
Outros créditos	41	345
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	1.202	189
Impostos e contribuições sociais correntes	(5.340)	31.772
Outras contas a pagar	(338)	1.082
Caixa gerado pelas atividades operacionais	146.622	168.792
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(12.198)	(22.727)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(12.198)	(22.727)
Atividades de financiamento		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.977	22.842
Dividendos pagos	(24.182)	(11.945)
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos	—	184
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas pagos	(119.161)	(154.195)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(136.366)	(143.114)
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(1.942)	2.951
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.152	8.094
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.094	5.143
	<u>(1.942)</u>	<u>2.951</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2009	2008
Geração do valor adicionado	236.672	251.426
Receita operacional	236.671	251.415
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	1	—
Outras receitas	—	11
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(17.226)	(25.815)
Custos da energia comprada	(85)	(306)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.254)	(1.180)
Materiais	(711)	(1.099)
Serviços de terceiros	(10.384)	(17.529)
Outros custos operacionais	(4.792)	(5.701)
Valor adicionado bruto	219.446	225.611
Retenções	(35.232)	(34.883)
Depreciações e amortizações	(35.232)	(34.883)
Valor adicionado líquido produzido	184.214	190.728
Valor adicionado recebido em transferência	2.490	1.708
Receitas financeiras	2.490	1.708
Valor adicionado total a distribuir	186.704	192.436
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.510	8.030
Benefícios	1.102	—
FGTS	415	484
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	53.628	58.919
Estaduais	16	—
Municipais	9	—
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	30.309	53.890
Aluguéis	619	876
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	37.000	—
Dividendos propostos	—	66.725
	<u>128.608</u>	<u>188.924</u>
Lucros retidos	<u>58.096</u>	<u>3.512</u>
	186.704	192.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.2 - Resumo das principais práticas contábeis**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Imobilizado (Nota 10)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Principais taxas de depreciação praticadas na geração, com embasamento na Resolução nºs 2 e 15, de 1997 e nº 240 de 2006:

Tipo de Imobilizado	% ao ano
Comporta	3,3
Edificação - casa de força	2,0
Edificação - outras	4,0
Gerador	3,3
Reservatório, barragem e adutora	2,0
Turbina hidráulica	2,5
Urbanização e benfeitorias	4,0

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

e) Intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia. O seguinte critério é aplicado:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; e
- Ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que atendidos todos os requisitos definidos no parágrafo 57 da norma CPC 04.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 12)

Inclui o saldo a pagar a fornecedores de serviços, encargos de uso da rede elétrica e valores a pagar relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

h) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 13 e 14)

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

i) Provisões para contingências (Nota 17)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7 e 22)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na Medida Provisória nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda, em 15 de outubro de 2009, porém destacamos que não houve ajuste de FTT nas demonstrações.

l) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

m) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

n) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e
- Provisão para contingências.

o) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e do intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

p) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

q) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534 de 29 de janeiro de 2008.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2009	31/12/2008
Bancos conta movimento	1.583	8.094
Aplicações financeiras - renda fixa	4.569	
Total	6.152	8.094

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundos de renda fixa remunerados a taxa de 103,10% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado conforme as cotações de mercado do papel, ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

5 - Concessionárias

	Circulante		Não Circulante
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2008
Suprimento	454	357	
Energia de curto prazo	12	129	1
Encargos de uso da rede elétrica	54	49	
Total	520	535	1

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 - Rendas a receber

O saldo de R\$30.628 em 31 de dezembro de 2009 (R\$22.500 em 31 de dezembro de 2008), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% do ativo imobilizado líquido atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o reembolso da depreciação dos ativos.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontra-se condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

7 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2008
Ativo - compensáveis			
Imposto de renda e contribuição social	23.435	24.949	
Outros	536	365	
Total	23.971	25.314	
Passivo - a recolher			
Imposto de renda e contribuição social	30.096	35.425	
ICMS sobre diferencial de alíquota	350	2	
PIS e COFINS	4.257	3.521	1.277
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.550		
Outros	377	195	
Total	40.630	39.143	1.277

7.1 - IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 18.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$5.550.

8 - Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	2009	2008
Concessionárias						
Bandeirante	148	109			1.750	1.392
	148	109			1.750	1.392
Rendas a Receber						
Lajeado Energia	22.358	10.203			113.055	111.557
CEB Lajeado	6.126	4.500			44.744	49.200
Paulista Lajeado	2.144	1.575			17.526	17.220
EDP Lajeado		6.222			55.303	68.023
	30.628	22.500			230.628	246.000
Partes relacionadas						
EDP Energias do Brasil			4.355			
Lajeado Energia			38.865			
			43.220			
Outras contas a pagar						
Energest				11		(141)
				11		(141)
Total	30.776	22.609	43.220	11	232.378	247.251

Concessionária

Bandeirante - Contrato de venda de energia elétrica para a Bandeirante, firmado em 1º de agosto de 2002, para início de suprimento em 1º de março de 2002 e término em 15 de dezembro de 2032, correspondendo a 1,41 MW médios. O preço vigente em dezembro de 2009 é 109,52 R\$/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 14 de abril de 2003, através do Ofício nº 494/2003-SFF/ANEEL.

Rendas a receber

Lajeado Energia, CEB Lajeado e Paulista Lajeado - Referem-se aos valores a receber dos arrendamentos pelo direito de comercialização da energia gerada pela usina, de acordo com o percentual acionário na Companhia, que são 73,00%, 20,00% e 7,00% das ações ordinárias, respectivamente.

Em função da reestruturação societária ocorrida em 30 de novembro de 2009 e consumadas as providências legais da incorporação, a EDP Lajeado foi extinta de pleno direito e a Lajeado assumiu a responsabilidade ativa e passiva relativa à EDP Lajeado, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. Vide nota 18.1.

Partes relacionadas

EDP - Energias do Brasil - A Companhia em Reunião de Diretoria realizada em 23 de novembro de 2009 aprovou a conversão do valor de dividendos a pagar de R\$4.336 em contrato de mútuo a ser liquidada em parcela única até 9 de novembro de 2010 e juros incidentes de 100% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

Lajeado Energia - A Companhia em Reunião de Diretoria realizada em 23 de novembro de 2009 aprovou a conversão do valor de dividendos a pagar de R\$38.702 em contrato de mútuo a ser liquidada em parcela única até 9 de novembro de 2010 e juros incidentes de 100% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

Garantias e fianças - A Companhia emitiu debêntures em 2002 com fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EPD - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures. (Nota 13)

Remuneração dos administradores - A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$450, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 07 de abril de 2009, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, de até R\$500, para o período de abril de 2009 a março de 2010.

Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

9 - Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Depósitos judiciais			403	127
Cauções e depósitos vinculados	559	515		
Total	559	515	403	127

10 - Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2009		31/12/2008	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		114.518		114.518	113.231
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	657.461	(98.246)	559.215	566.897
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,29	340.221	(62.398)	277.823	285.619
Máquinas e equipamentos	2,98	418.930	(89.241)	329.689	342.169
Veículos	11,95	902	(684)	218	326
Móveis e utensílios	1,30	2	(1)	1	
		1.532.034	(250.570)	1.281.464	1.308.242
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	3,19	45.766	(9.125)	36.641	37.098
		45.766	(9.125)	36.641	37.098
Administração					
Máquinas e equipamentos	8,64	1.216	(691)	525	455
Móveis e utensílios	9,43	499	(210)	289	334
		1.715	(901)	814	789
Total do Imobilizado em serviço	2,40	1.579.515	(260.596)	1.318.919	1.346.129
Imobilizado em curso					
Geração		30.221		30.221	28.379
Total do Imobilizado em curso		30.221		30.221	28.379
Total líquido		1.609.736	(260.596)	1.349.140	1.374.508

A movimentação do Imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2008	Transferência para imobilizado em serviço		Valor líquido em 31/12/2009	
		Ingressos	Depreciações	Baixas	31/12/2009
Imobilizado em serviço	Reclassificado				
Terrenos	113.231		1.287		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	566.897		5.403	(13.085)	559.215
Edificações, obras civis e benfeitorias	285.620			(7.797)	277.823
Máquinas e equipamentos	379.721		1.160	(14.026)	366.855
Veículos	326			(108)	218
Móveis e utensílios	334		3	(47)	290
Total do imobilizado em serviço	1.346.129		7.853	(35.063)	1.318.919
Imobilizado em curso	28.379	12.122	(7.683)		(2.597)
Total líquido	1.374.508	12.122	170	(35.063)	(2.597)

11 - Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2009		31/12/2008	
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20,00	778	(296)	482	638
		778	(296)	482	638
Administração					
Software	14,69	192	(12)	180	
		192	(12)	180	
Total do Intangível em Serviço	19,06	970	(308)	662	638
Intangível em curso					
Geração		12.450		12.450	12.649
Administração		12		12	108
Total do Intangível em curso		12.462		12.462	12.757
Total intangível		13.432	(308)	13.124	13.395

A movimentação do Intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2008	Transferência para imobilizado em serviço		Valor líquido em 31/12/2009	
		Ingressos	Amortizações	Baixas	31/12/2009
Em serviço	638		192	(168)	662
Em curso	12.757	76	(362)	(9)	12.462
	13.395	76	(170)	(168)	(9)

12 - Fornecedores

	31/12/2009	31/12/2008
Suprimento de energia elétrica	24	63
CCEE (compra de energia de curto prazo)		2
Encargos de uso da rede elétrica	68	32
Materiais e serviços	3.178	1.971
Total	3.270	2.068

13 - Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8%a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil ou em outros jornais de grande circulação no período de até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5%a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- Não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados o aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R\$5.000;
- alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da E

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.1 - Vencimento das parcelas do não circulante:

Ano	Valor
2011	31.664
Total	31.664

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2008	34.198	64.653
Encargos e atualizações monetárias	9.358	
Amortizações	(42.507)	
Transferência para o circulante	32.312	(32.312)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	33.361	32.341
Custos de captação		
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(411)	(1.045)
Amortizações	368	
Transferência para o circulante	(368)	368
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(411)	(677)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2009	32.950	31.664

14 - Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas**14.1 - Composição dos empréstimos**

	Custo da dívida	31/12/2009			31/12/2008		
		Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
BNDES	TJLP + 4%a.a.	575	46.745	98.175	83	42.443	144.745
Banco da Amazônia	11,5%a.a.	247	7.632	636	405	17.169	8.268
Safra Leasing	CDI + 1,45%a.a.	69	17	17	68	87	87
		822	54.446	98.828	488	59.680	153.100

BNDES

(i) Contrato de financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4%a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. Estes contratos não possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

Banco da Amazônia

(i) Contrato de financiamento celebrado em 30 de setembro de 1999, amortizado mensalmente em 72 parcelas, entre 10 de novembro de 2003 e 10 de outubro de 2009, no montante total de R\$50.000, com juros de 14%a.a., exigíveis mensalmente, sendo, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados máquinas e equipamentos em alienação fiduciária e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$16.370, operação liquidada em 10 de outubro de 2009.

(ii) Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14%a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$ 18.937. Estes contratos não possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variação do CDI acrescidos de 1,45%a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

14.2 - Vencimento das parcelas de curto e longo prazo (principal + encargos)**Vencimentos**

	31/12/2009	31/12/2008
Circulante	55.268	55.268
2010		
Não circulante		
2011	52.072	
2012	46.756	
	98.828	
Total	154.096	

15 - Encargos regulamentares e setoriais

	31/12/2009	31/12/2008
Uso do bem público - UBP - Direito de outorga	321	287
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	40	34
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	93	93
Taxa de fiscalização - ANEEL	1	1
Total	454	415

18 - Patrimônio líquido**18.1 - Capital social**

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está demonstrada a seguir:

31/12/2009													
Em milhares de ações													
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% participação	Qtd de ações "PNR"	% participação	Qtd de ações "PNA"	% participação	Qtd de ações "PNB"	% participação	Qtd de ações "PNC"	% participação	Total	% participação total	
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	258	1,58	361	7,00			46.662	5,93	
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57	
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	7.013	43,06	3.764	73,00			490.944	62,43	
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82	
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21	
Outros					205	1,26			71.253	66,47	71.458	9,09	
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.288	100,00	5.156	100,00	107.200	100,00	786.406	100,00	
31/12/2008													
Em milhares de ações													
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% participação	Qtd de ações "PNR"	% participação	Qtd de ações "PNA"	% participação	Qtd de ações "PNB"	% participação	Qtd de ações "PNC"	% participação	Total	% participação total	
EDP Lajeado Energia S.A.	102.029	27,65	64.830	27,65	626	3,84	1.426	27,66			168.911	23,34	
Paulista Lajeado Energia S.A.	25.829	7,00	16.412	7,00	158	0,97	361	7,00			42.760	5,91	
EDP - Energias do Brasil S.A.									28.804	29,16	28.804	3,98	
Lajeado Energia S.A.	167.329	45,35	106.320	45,35	7.223	44,35	3.369	65,34			284.241	39,28	
Fundos de Investimentos da Amazônia - FINAM									20.000	20,25	20.000	2,76	
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,89	
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,23	
Outros					206	1,26			49.976	50,59	50.182	6,93	
	368.983	100,00	234.452	100,00	16.288	100,00	5.156	100,00	98.780	100,00	723.659	100,00	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

A Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 07 de abril de 2009, aprovou e homologou o aumento de capital da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2008, e nos termos do Aviso aos Acionistas publicado na edição de 06 de fevereiro de 2009 do Jornal do Tocantins, nas edições de 06, 07 e 08 de fevereiro de 2009 do Jornal Valor Econômico e na edição de 09 de fevereiro de 2009 do Jornal Diário Oficial de Tocantins. Em decorrência dessa deliberação, o artigo 5º do Estatuto Social passou a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º - O capital social é de R\$961.793.701,46 (novecentos e sessenta e um milhões, setecentos e noventa e três mil, setecentos e um reais e quarenta e seis centavos), totalmente subscrito e dividido em 786.406.270 (setecentas e oitenta e seis milhões, quatrocentas e seis mil, duzentas e setenta) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 402.202.308 (quatrocentas e dois milhões, duzentas e dois mil, trezentas e oito) ações ordinárias, 255.559.826 (duzentas e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e nove mil, oitocentas e vinte e seis) ações preferenciais classe "R", 107.199.382 (cento e sete milhões, cento e noventa e nove mil, trezentas e oitenta e duas) ações preferenciais classe "C", 5.156.240 (cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil, duzentas e quarenta) ações preferenciais classe "B", e 16.288.514 (dezesseis milhões, duzentas e oitenta e oito mil, quinhentas e quatorze) ações preferenciais classe "A".

Em 30 de novembro de 2009, as Assembleias Gerais Extraordinárias das Companhias integrantes do Grupo EDP - Energias do Brasil, aprovaram a reorganização societária, que compreendeu os seguintes eventos:

- (i) Incorporação da holding Tocantins Energia S.A. pela Lajeado Energia S.A.;
- (ii) Aumento do capital social da EDP Lajeado Energia S.A., por transferência da totalidade das ações detidas da Lajeado Energia S.A. pela EDP Energias do Brasil S.A.; e
- (iii) Incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. pela Lajeado Energia S.A.

Através da Resolução Autorizativa nº 2.218, de 1º de dezembro de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a transferência da totalidade da participação detida pela EDP Lajeado Energia S.A. para a Lajeado Energia S.A., na concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães, passando a ter de 45,35% para 73,00% de participação nessa Companhia.

18.2 - Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- a) 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76;
- Em 29 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1.995, no montante bruto de R\$37.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

15.1 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

A Companhia registrou o montante de R\$60 em 2009 (R\$49 em 2008), sendo, a título de principal, R\$53 em 2009 (R\$49 em 2008), registrado no Grupo de Dedução da Receita e R\$7 em 2009 de atualização monetária, registrado no Resultado financeiro.

15.2 - Uso do bem público - UBP - Direito de outorga

Refere-se ao ônus da concessão correspondente ao Direito de outorga para uso do bem público assumido no processo de licitação, cujo valor é registrado a débito do resultado na rubrica de Outras despesas operacionais com base no valor pago mensalmente ao Poder Concedente, no prazo de 29 anos, a partir de 2004, corrigidos monetariamente pela variação do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
UHE Lajeado	69.434	65.504	38.080	35.120

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 10%a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2009, estão assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2010	4.989	3.603
2011	2.929	2.620
2012	2.929	2.478
2013	2.929	2.344
após 2013	55.658	27.035
	69.434	38.080

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$3.854(R\$3.445 em 2008), sendo R\$1.351 (R\$1.351 em 2008) de principal e R\$2.503 (R\$2.094 em 2008) de atualização monetária, registrados no resultado do exercício.

16 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2009	31/12/2008
Folha de Pagamento	645	540
INSS e FGTS	192	164
Total	837	704

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2009.

17 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo			
	Saldo em Instâncias	31/12/2008	Adições	Pagamentos Reversões	31/12/2009	Depósito Judicial 31/12/2009	31/12/2008	
Trabalhistas	1ª, 2ª, e 3ª	780	262	(199)	(399)	444	338	120
Cíveis - indenizações	1ª, 2ª, 3ª e Adm	2.497	289	(144)	(1.817)	825		
Cíveis - desapropriações						-	12.089	10.787
Fiscais		259			(259)	-		
Total		3.536	551	(343)	(2.475)	1.269	12.427	10.907
Não circulante		3.536				1.269	12.427	10.907
Total		3.536				1.269	12.427	10.907

17.1 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

17.2 - Cíveis - indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem maior indenização recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

17.3 - Cíveis - desapropriações

As ações judiciais de natureza cível - desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. Esses valores depositados judicialmente estão registrados na rubrica Imobilizado.

17.4 - Reversões

As reversões ocorridas no exercício de 2009 referem-se a revisões de probabilidade de perda realizadas pelos advogados e ao encerramento de ações judiciais.

17.5 - Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2009		31/12/2008	
	Depósito Judicial 31/12/2009	31/12/2008	Depósito Judicial 31/12/2009	31/12/2008
Trabalhistas	21	610	59	5
Cíveis	62.213	66.904		
Total	62.234	67.514	59	5

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas no item 17.2. Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R\$6 em 31 de dezembro de 2009 (R\$2 em 31 de dezembro de 2008) (Nota 9).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 - Gastos operacionais

	Custo do serviço		Despesas operacionais			2009	2008
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administ.	Outras		
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Energia de curto prazo - CCEE	94					94	307
Encargos de uso da rede elétrica							
Encargos de uso e conexão	1.381					1.381	1.199
PIS/COFINS	(136)					(136)	(20)
Taxa de fiscalização					15	15	14
Direito de outorga - UBP					1.351	1.351	1.351
Compensações financeiras					199	199	169
	<u>1.339</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.565</u>	<u>2.904</u>
Gerenciáveis							
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		4.318		4.083		8.401	8.514
Material		343		368		711	1.099
Serviços de terceiros		3.125		7.259		10.384	17.529
Depreciação e amortização		34.827		405		35.232	34.883
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas			1			1	93
Provisões para contingências					608	608	(96)
Aluguéis e arrendamentos		5		614		619	876
Outras		7	330	2.498		2.835	4.470
	<u>-</u>	<u>42.625</u>	<u>331</u>	<u>15.227</u>	<u>608</u>	<u>58.791</u>	<u>67.368</u>
Total	<u>1.339</u>	<u>42.625</u>	<u>331</u>	<u>15.227</u>	<u>2.173</u>	<u>61.695</u>	<u>70.388</u>

21 - Resultado financeiro

	2009	2008
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.102	1.610
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	33	
Outras receitas financeiras	355	98
	<u>2.490</u>	<u>1.708</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(27.210)	(36.887)
Variações monetárias moeda nacional	(2.431)	(15.677)
Juros sobre capital próprio	(37.000)	
Outras despesas financeiras	(668)	(1.326)
	<u>(67.309)</u>	<u>(53.890)</u>
Total	<u>(64.819)</u>	<u>(52.182)</u>

22 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2009	2008	2009	2008
Lucro antes do IRPJ e CSLL	88.190	105.540	88.190	105.540
Alíquota IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
	<u>(22.048)</u>	<u>(26.385)</u>	<u>(7.937)</u>	<u>(9.499)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(180)	(403)	(65)	(145)
Depreciação		(172)		(62)
Perdas indedutíveis	(32)		(11)	
Despesas indedutíveis	(172)		(62)	
Outras		(23)		(8)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(190)	362	(68)	130
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		97		26
Incentivos fiscais				
Adicional IR	24	24		
Lei Rouanet	400	600		
FIA - Fundo da criança e do adolescente	137			
SUDENE - Superintendência de desenvolvimento do nordeste	110			
Desporto - Doações ao esporte		155		
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(21.951)</u>	<u>(25.745)</u>	<u>(8.143)</u>	<u>(9.558)</u>
Alíquota efetiva	25%	24%	9%	9%

23 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2009
Usinas	255.000
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.500

24 - Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009, de 19 de novembro de 2009, e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

24.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

24.2 - Instrumentos financeiros derivativos

Tem por objetivo a proteção contra variações cambiais e taxas de juros nas operações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Conselheiro

BENEDITO APARECIDO CARRARO
Conselheiro

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

ÁLVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor Vice-Presidente de Controle

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
Diretor Vice-Presidente

PEDRO PAULO ALKMIN DE OLIVEIRA
Diretor Vice-Presidente

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Administrativo e Financeiro

PLACIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica-CRC 1SP137290/O-8 "S" - TO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como o Relatório da Administração, concluímos, por unanimidade,

dos presentes, que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para sua aprovação em Assembléia Geral. Os votos se acham à disposição nos escritórios da Companhia.

São Paulo, 1º de março de 2010

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Investco S.A.

Miracema do Tocantins - TO

Examinamos os balanços patrimoniais da Investco S.A. ("Companhia") levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como

da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-TO

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2-S-TO